



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000397289**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1013017-33.2023.8.26.0438, da Comarca de Penápolis, em que é apelante COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, é apelada ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A..

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente sem voto), FERREIRA DA CRUZ E MICHEL CHAKUR FARAH.

São Paulo, 25 de abril de 2025.

**EDUARDO GESSE**  
**Relator(a)**  
Assinatura Eletrônica

**Apelação Cível nº 1013017-33.2023.8.26.0438**

**Comarca:** 2ª Vara do Foro de Penápolis – Comarca de Penápolis/SP

**Juiz Prolator:** Dr. Mario Henrique Gebran Schirmer

**Apelante:** Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL

**Apelado:** Itaú Seguros de Auto e Residência S/A

**Voto nº 3.153 - mgg**

APELAÇÃO. AÇÃO REGRESSIVA DE SEGURADORA CONTRA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. DANOS EM EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DE SEGURADO. Sentença que julgou procedente a pretensão da seguradora quanto ao reembolso das despesas ocasionadas em razão de danos em equipamentos domésticos de seus segurados, por suposta oscilação na rede elétrica. Apelo da concessionária ré. Responsabilidade civil não configurada. Ausência de prova cabal apta a comprovar o nexo causal entre os danos e o serviço prestado pela concessionária. Oscilação na rede elétrica não comprovada. Laudos técnicos superficiais, não permitindo concluir a efetiva ocorrência de sobrecarga elétrica ou oscilação da rede, tampouco a responsabilidade da parte ré por tais eventos, além de terem sido produzidos unilateralmente, impedindo que sejam valorados de modo a formar a convicção deste Juízo. Prejudicada a perícia, porque não preservados os equipamentos. Entendimento do Tema 1.282 do STJ. Precedentes desta C. Câmara. Improcedência que se impõe. Sentença reformada. Fixação de honorários. Recurso provido.

Trata-se de apelação interposta por Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL em face da sentença que, nos autos da Ação Regressiva de Ressarcimento por Danos Materiais, ajuizada por Itaú Seguros de Auto e Residência S/A, julgou procedente o pedido inicial, condenando a concessionária ao pagamento da quantia de R\$ 2.632,15 (dois mil, seiscentos e trinta e dois reais e quinze centavos), corrigida monetariamente e acrescida de juros de mora na forma da sentença, a título de ressarcimento pela indenização securitária paga aos segurados, em razão de danos elétricos. O juízo *a quo* reconheceu o direito à sub-rogação da seguradora com base nos artigos 786 e 349 do Código Civil e aplicou o Código de Defesa do Consumidor, entendendo que a seguradora herda, com a sub-rogação, inclusive os privilégios e garantias do segurado, como o direito à inversão do ônus da prova. Reputou caracterizada a falha na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e o

nexo de causalidade entre o dano e a atividade da concessionária, condenando a CPFL ao pagamento do valor da indenização paga pela seguradora, e ao pagamento das custas, das despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais foram fixados em 10% sobre o valor da condenação (fls. 182/193).

Irresignada, a CPFL interpôs apelação aduzindo que não há relação de consumo entre as partes, tratando-se de relação entre grandes empresas, com paridade técnica e econômica, de modo que não se aplicaria o Código de Defesa do Consumidor, nem se justificaria a inversão do ônus da prova. Defendeu que os documentos apresentados pela autora não demonstraram falha em sua rede, e tampouco evidenciaram o nexo de causalidade entre a oscilação de energia e os danos apontados. Alegou ainda a existência de excludente de responsabilidade, consistente em caso fortuito externo (descarga atmosférica), e, subsidiariamente, pleiteou pela alteração do termo inicial dos juros moratórios, a serem contados da citação e não da data do desembolso, conforme jurisprudência pacífica do STJ. Sustentou que na hipótese de ser mantida a sentença, que seja disponibilizado à concessionária os salvados, a fim de evitar o enriquecimento ilícito da seguradora. Requereu, por fim, o provimento do recurso, reformando-se a r. sentença para julgar improcedentes os pedidos iniciais (fls. 196/219).

A seguradora Itaú Seguros de Auto e Residência S/A, em contrarrazões, pugnou pela manutenção da sentença recorrida, argumentando que a responsabilidade da concessionária de energia é objetiva, sendo suficiente a demonstração do dano e do nexo causal presumido, cabendo à requerida o ônus de afastar tal presunção, o que não logrou fazer. Sustentou que os documentos produzidos são aptos a embasar a convicção do julgador, e que a ausência de preservação dos equipamentos danificados não impede o acolhimento do pedido, notadamente quando a concessionária foi omissa na apuração dos fatos, não demonstrando a ocorrência de caso fortuito. Defendeu, ainda, a correção do termo inicial dos juros moratórios a partir da data do efetivo desembolso da indenização, por se tratar de responsabilidade civil extracontratual (fls. 226/284).

Em juízo de admissibilidade, anoto que o recurso é tempestivo e está regularmente preparado e processado.

### **É o relatório.**

De início, constata-se, da leitura dos autos, que a concessionária ré é responsável pelo fornecimento de energia elétrica aos consumidores segurados da apelada, os quais, conforme alegado, tiveram seus equipamentos danificados em razão de oscilação na rede elétrica administrada pela apelante.

Sabe-se também que a relação estabelecida entre os segurados da requerente e a concessionária recorrente é de consumo, o que resulta na responsabilidade objetiva da fornecedora do serviço pelos danos provocados pela má prestação (artigos 14 e 22 do Código de Defesa do Consumidor).

Inegável, pois, que, ao efetuar o pagamento da indenização, a seguradora sub-roga-se na qualidade de credora, em relação ao causador do dano, situação que a legitima a postular o ressarcimento do valor indenizado. Tal sub-rogação, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, limita-se a transferir os direitos de natureza material, não abrangendo os direitos de natureza exclusivamente processual decorrentes de condições personalíssimas do credor<sup>1</sup>.

Sub-roga-se, assim, os direitos materiais e ações que ao segurado competiria contra o causador do dano ou do prestador do serviço deficiente, até os limites do que se estipulou no contrato securitário (artigo 786 do Código Civil). Entretanto, quanto à prerrogativa da inversão do ônus da prova prevista no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não pode ser objeto de sub-rogação pela seguradora por se tratar de prerrogativa processual que decorre, diretamente da condição de consumidor.

Conclui-se. A Corte Especial do STJ, em recentíssimo Tema 1.282, julgado em regime de recursos repetitivos, determinou que a seguradora não pode se subrogar nas prerrogativas processuais do consumidor, especialmente acerca da inversão do ônus da prova. Em julgamento, a ministra relatora Min. Nancy Andrighi argumentou tratar-se de benefício exclusivo do consumidor (*STJ; REsp 2.092.308*,

---

<sup>1</sup> Informativo STJ nº 841. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?b=INFJ&materia=&orgao=&ano=&relator=&operador=e&thesaurus=JURIDICO&p=true&l=25&refinar=S.DISP.&acao=pesquisar&dtjd=&dtde=&ordem=&isPesquisaDefault=false&livre=1.282>.

*REsp 2.092.310, REsp 2.092.311; Data do Julgamento: 19/02/2025*)<sup>2</sup>.

Dito isto, para que tenha direito ao ressarcimento, a seguradora deve, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, provar (1) que os danos efetivamente ocorreram, (2) que houve efetivamente a deficiência do serviço conforme alegado e, ainda, (3) que foram os danos causados em razão da alegada deficiência na prestação do serviço.

Portanto, para que fosse possível reconhecer, no presente caso, a responsabilidade da apelante, cabia à recorrida provar os danos, a deficiência ou má prestação do serviço pela concessionária e do nexo de causalidade entre esses dois eventos.

Ocorre que a seguradora não se desincumbiu desse ônus e não comprovou de modo suficiente que os danos sofridos pelos segurados decorreram de falha na distribuição de energia a caracterizar a responsabilidade da apelante/concessionária. E, neste caso, para a comprovação bastante dos danos e do nexo causal não são suficientes os documentos unilaterais produzidos, ainda que por empresas terceirizadas contratados pela própria seguradora, mas sem respeito ao contraditório, sem a elaboração técnica necessária e sem participação da concessionária, sequer para testar os aparelhos.

Acrescenta-se que os ditos laudos técnicos e relatórios são superficiais, revelando a fragilidade da prova pré-constituída, produzida sem rigor técnico, sem detalhamento dos elementos aferidos e conclusões, não se prestando como prova técnica, principalmente hábil a substituir um laudo elaborado por profissional habilitado e imparcial.

Note-se, ainda, que não houve a preservação dos equipamentos, o que inviabilizou a realização de perícia e, por consequência, tornou-se impossível estabelecer o nexo de causalidade entre a falha na rede elétrica e os danos suportados pelos segurados, haja vista a imprescindibilidade da perícia nos itens danificados, realizada sob o crivo do contraditório.

---

<sup>2</sup> TJSP; Apelação Cível 1010494-43.2023.8.26.0084; Relator (a): Walter Exner; Órgão Julgador: 36ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional de Vila Mimosa - 2ª Vara; Data do Julgamento: 24/03/2025; Data de Registro: 24/03/2025.

Nesse sentido é o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça:

*CONTRATO DE SEGURO. AÇÃO REGRESSIVA. ENERGIA ELÉTRICA. Sentença de procedência do pedido de restituição do valor pago como indenização. Apelação da ré. Cerceamento de defesa. Não ocorrência. Pretensão à produção de prova testemunhal e pericial. Julgamento no estado que atendeu ao preceito contido no art. 355, I, do CPC. Dilação de provas pretendida inútil e desnecessária. Interesse de agir da autora configurado. Inépcia da inicial rejeitada. Preliminar de ilegitimidade passiva que se confunde com o mérito. Mérito. Oscilação de energia e descargas elétricas. Código de Defesa do Consumidor. Inaplicabilidade. Dicção do Tema n.º 1.282, do C. STJ. Ausência de demonstração do nexo de causalidade entre atos omissivos ou comissivos da fornecedora de energia elétrica e os danos sofridos pelo segurado da autora. Fragilidade dos orçamentos e laudos técnicos, porquanto sequer estão firmados por profissionais qualificados, além de não apontarem, de forma clara e precisa, que os danos teriam sido causados por oscilação de tensão proveniente da rede de distribuição administrado pela ré. Relatórios de regulação de sinistro que indicam causas diversas para ocorrência do evento danoso. Nexo de causalidade entre a conduta da concessionária e os danos indenizados não demonstrado. Seguradora que não se desincumbiu do ônus de demonstrar os fatos constitutivos do direito alegado (art. 373, I, do CPC). Sentença reformada para julgar improcedente o pedido regressivo de ressarcimento de danos elétricos. RECURSO PROVIDO. (TJSP; Apelação Cível 1137675-13.2022.8.26.0100; Relator (a): Carmen Lucia da Silva; Órgão Julgador: 33ª Câmara de Direito Privado; Foro de Valinhos - 1ª Vara; Data do Julgamento: 19/03/2025; Data de Registro: 19/03/2025).*

*AÇÃO DE REGRESSO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. Oscilação na rede de distribuição de energia*

*elétrica. Danos aos bens objeto de seguro. Laudo unilateral da seguradora. Fatos controvertidos. Prejudicada a perícia, porque não preservados os equipamentos. Impossibilidade de inversão do ônus da prova. Ausência de nexo causal. Responsabilidade civil não configurada. Entendimento pacificado na Câmara. Recurso desprovido. (TJSP; Apelação Cível 1023809-48.2023.8.26.0114; Relator (a): Milton Carvalho; Órgão Julgador: 36ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campinas - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 25/04/2024; Data de Registro: 25/04/2024).*

*AÇÃO REGRESSIVA DA SEGURADORA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. Seguradora que pretende o reembolso das despesas ocasionadas em razão de danos em equipamentos domésticos de segurados, por suposta oscilação na rede elétrica. Sentença de improcedência. Apelo da autora. Seguro por danos elétricos. Responsabilidade objetiva da prestadora de serviços. Pagamento de indenização, pela seguradora, sem prévia comunicação à concessionária. Desprezo à recomendação da Resolução 1000/2021 da ANEEL. Ausência de prova cabal apta a comprovar o nexo causal entre os danos e o serviço prestado pela ré. Autora que se baseou em relatórios e orçamentos produzidos unilateralmente. Equipamentos inutilizados, impedidos, portanto, de serem avaliados diretamente. Improcedência da ação. Sentença mantida. Recurso não provido. (TJSP; Apelação Cível 1040057-34.2023.8.26.0100; Relator (a): Mary Grün; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 25/03/2024; Data de Registro: 25/03/2024).*

*APELAÇÃO – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS JULGADA IMPROCEDENTE - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO –*

*APLICAÇÃO DO ARTIGO 37, §6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA – Embora a responsabilidade da concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica seja objetiva, deve existir prova da relação de causalidade entre o dano experimentado pela vítima e o ato ilícito do agente – NEXO DE CAUSALIDADE NÃO DEMONSTRADO – Apesar de sustentar que os danos nos aparelhos eletrônicos decorreram de oscilações no fornecimento de energia, tal variação pode ser causada por falha interna. Há nos autos apenas prova unilateral, produzida por empresa contratada pela própria autora, sem o crivo do contraditório – Sem prova cabal de que os danos nos equipamentos eletrônicos ocorreram em razão da suposta oscilação de energia elétrica, além de inviabilizada a produção de prova pericial diante da substituição das peças, sem preservação pela autora daquelas danificadas – Parte autora que não se desincumbiu de provar fato constitutivo do seu direito – Aplicação do art. 373, I, do CPC – Precedentes deste E. TJSP – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO, com observação. (TJSP; Apelação Cível 1010222-39.2023.8.26.0637; Relator (a): Luis Fernando Nishi; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro de Tupã - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 03/05/2024; Data de Registro: 06/05/2024).*

Ademais, no que tange à incidência do Módulo 09, da Resolução nº 956/2021 – PRODIST, em nada favorece a parte autora para solucionar os pontos controvertidos da lide, ante a necessidade de prova eminentemente técnica (perícia judicial de engenharia eletroeletrônica sobre os equipamentos danificados), para se saber a causa do alegado sinistro, o que ficou prejudicada pela própria seguradora. E, a despeito da não apresentação dos relatórios, o fato da recorrente não apresentar o relatório de inexistência de perturbação não seria o suficiente para se concluir pela sua responsabilidade automática.

Oportuno, ainda, trazer à baia o que consta do §3º do artigo 611, da



Resolução da ANEEL nº 1000/2021, *in verbis*:

*“Fica descaracterizado o nexo de causalidade quando:*

*I - não for encontrado o equipamento para o qual o dano foi reclamado; ou*

*II - o consumidor providenciar a reparação do equipamento previamente ao pedido de ressarcimento ou sem aguardar o término do prazo para a verificação, e não entregar à distribuidora:*

*a) a nota fiscal do conserto, indicando a data de realização do serviço e descrevendo o equipamento consertado;*

*b) o laudo emitido por profissional qualificado;*

*c) dois orçamentos detalhados; e*

*d) as peças danificadas e substituídas”.*

Logo, se é impossível a perícia nos supostos bens avariados, não há como imputar à apelante a responsabilidade pelos danos sofridos pelo segurado da apelada.

Ante o exposto, **meu pronunciamento final é pelo PROVIMENTO do recurso de Apelação para REFORMAR a r. sentença e julgar improcedentes os pedidos iniciais.** Com a reforma do julgado, a sucumbência passa a ser da seguradora autora, a qual responde pelas custas, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos moldes do artigo 85, §§2º e 11, do Código de Processo Civil.

**EDUARDO GESSE**

**Relator**